

# MEGAEVENTOS COMO PLATAFORMA DE PROMOÇÃO DO RIO DE JANEIRO NO ÂMBITO GLOBAL

MEGAEVENTS AS A PLATFORM FOR RIO DE JANEIRO'S PROMOTION ON A GLOBAL SCALE

*Amanda Alcantara de Melo, Julia Mariano Zordan e Marianna Golçalves Abreu\**

**Cite este artigo:** MELO, Amanda Alcantara de. ZORDAN, Julia Mariano. ABREU, Marianna Gonçalves. Megaeventos como plataforma de promoção do Rio de Janeiro no âmbito global. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.79-93, Agosto. 2017. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: Agosto. 2017.

**Resumo:** O Rio de Janeiro, após ser escolhido como cidade sede de quatro megaeventos nos últimos nove anos, verificou uma intensificação no recebimento de fluxos financeiros, comerciais, humanos e de informação. O presente artigo busca mostrar que esse contexto propulsionou seu reposicionamento nos mercados nacional e internacional, o que poderia levar, futuramente, a sua ascensão à condição de “cidade global” - segundo termo cunhado por *Saskia Sassen*. De acordo com a análise, este processo ocorre devido ao que *David Harvey* chama de “ajuste espacial”: uma necessidade típica do capitalismo de mudanças espaciais que possam acomodar os fluxos recebidos e enviados por algum lugar, frutos do processo de globalização.

**Palavras-chave:** Cidades Globais; Ajuste espacial; Megaeventos; Rio de Janeiro; Globalização

**Abstract:** Rio de Janeiro, after being selected as host city of four major events in the past nine years, has verified an intensification of financial, commercial, human and information flows. This article aims to show that this context propelled its repositioning in the national and international markets, which could lead, in the future, to its rise to the status of “global city” - according to the term coined by *Saskia Sassen*. According to the analysis, this process occurs due to what *David Harvey* calls “spatial fix”: a need of spatial changes, typical of capitalism, in order to enable the place to accommodate the flows received and sent somewhere, that are originated from globalization.

**Keywords:** Global Cities; Spatial Fix; Megaevents; Rio de Janeiro; Globalization

Os chamados megaeventos são mais que uma reunião periódica de delegações e jornalistas feita para entreter o público mundial. Sua realização é um processo longo e seus efeitos atingem vários aspectos da vida no país ou cidade-sede, desde a economia até a mobilidade urbana.

A globalização não só é produzida por estes megaeventos, como também os molda. Por exemplo, a primeira transmissão feita ao vivo no Brasil dos jogos da Copa do Mundo só aconteceu em 1970, pois, até então, os jogos eram gravados e apresentados na televisão somente dois ou três dias depois. O fluxo de pessoas que acompanham e a quantidade de empresas envolvidas nesses megaeventos também contribuíram para que eles ganhassem a proporção que têm nos dias de hoje, quando são transmitidos em tempo real.

A análise de tal tema mostra-se de fundamental relevância para uma série de áreas de estudo, dado que ajuda a compreender o impacto que os fluxos financeiros, comerciais, humanos e de informação transferidos internacionalmente têm sobre os ambientes locais onde atuam. Assim, o estudo se torna relevante para diversos campos disciplinares, como geografia, relações internacionais, sociologia, engenharia, arquitetura e urbanismo, etc.

Os Jogos Pan-americanos de 2007, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro, geraram especulações, previsões ou análises posteriores a sua realização (nos casos dos jogos de 2007 e de 2014). O trabalho busca complementar a ampla produção acadêmica existente sobre megaeventos e seu objetivo geral é analisar como mudanças espaciais – em especial as ensejadas pelos megaeventos em suas cidades-sede – influenciam a configuração de cidades globais. Para isso, seu objetivo específico é analisar o caso do Rio de Janeiro – baseado nas experiências passadas que a cidade possui. Para fundamentar a hipótese, são utilizados especialmente os estudos de Saskia Sassen (2007) e de David Harvey (2001).

O texto de Sassen (2007) é útil na medida em que traz o conceito de “cidade global”, um dos pontos-chave da nossa hipótese. Já o texto de Harvey (2001), ao trazer a ideia do “ajuste espacial”, permite uma melhor compreensão dos efeitos do capitalismo sobre o espaço físico das cidades. Assim, a proposta deste trabalho não é concordar ou se opor a este conceito, mas entender como este pode ser relacionado ao contexto em questão, ainda que na literatura os autores possam apresentar perspectivas não alinhadas – ou, até mesmo, opostas.

Assim, busca-se testar a hipótese de que as modificações espaciais pelas quais o Rio de Janeiro passou nos últimos anos, ao sediar estes megaeventos esportivos, levaram a um reposicionamento da cidade no mercado internacional, a ponto de poder influenciar futuramente na sua ascensão à condição de cidade global. Dessa forma, serão trabalhadas as mudanças espaciais sofridas pelo Rio de Janeiro como variável independente e a possibilidade de ascensão da cidade à condição de cidade global como variável dependente.

Esta exposição internacional, mesmo que não alavanque a cidade a este âmbito, é considerada por muitos como algo muito benéfico somente pelo potencial que ela possui de atrair fluxos de diversas partes do mundo para diferentes áreas do país. Tal ideia ganha ainda mais aderência quando associada à Copa do Mundo, que teve 12 cidades-sede no Brasil,

inclusive o Rio de Janeiro. Além de atrair mais turistas para o país, dinamizando sua economia, a cobertura da mídia também é um meio de levar ao público internacional mais informações sobre áreas do país fora do eixo Rio-São Paulo.

Entretanto, é possível discordar, afirmando que os benefícios almejados, tanto em nível local quanto em nível nacional, não chegam igualmente a todas as parcelas da população – inclusive com potencial de prejudicar essas populações. Por esse motivo, é importante ter em vista quais são os interesses políticos ou econômicos por trás do apoio, ou não, de diferentes setores da sociedade, já que eles impactam diretamente no cotidiano das populações que sediam esses eventos.

O uso do Rio de Janeiro como exemplo mostra-se extremamente oportuno, por se tratar de uma das cidades mais desenvolvidas do país e sede de filiais de grandes empresas. Isto é, a realização de uma quantidade significativa de megaeventos, especialmente em um intervalo de tempo inferior a uma década, incentiva a projeção internacional de uma cidade além da potencialidade já existente por tratar-se de uma metrópole.

Assim, o presente trabalho será estruturado da seguinte forma: na primeira seção, será apresentado o conceito de “ajuste espacial” de David Harvey (2001), e, na segunda seção, o conceito de “cidade global” de Saskia Sassen (2007). Estes conceitos são indispensáveis para o argumento apresentado na terceira seção, demonstrando que os megaeventos amplificam os processos de modificações estruturais. Dessa forma, no momento em que o Rio de Janeiro passa por ajustes espaciais para sediar megaeventos esportivos, ele abre espaço para que se torne, futuramente, uma cidade global. Na terceira seção, será analisado o caso do Rio de Janeiro, cujos ajustamentos apresentam benefícios e prejuízos e que, portanto, no processo de aprovação da realização de eventos desse porte, é necessário analisar se os pontos negativos serão preponderantes aos positivos. Na última seção, serão feitas algumas considerações finais.

## 1. O ajuste espacial

A globalização tem sido analisada por vários autores, através de diversos ângulos, assim como seus efeitos sobre a sociedade, o Estado e o cotidiano. Dentre essas perspectivas está a visão do geógrafo marxista David Harvey (2001). Ele considera que a produção, a reprodução e reconfiguração do espaço sempre foram centrais ao entendimento da política econômica capitalista.

Um dos seus conceitos principais para explicar esse processo é o “*spatial fix*” – em português, ajuste espacial. Este termo descreve o movimento capitalista de resolver suas tendências a crises internas por meio da expansão e da reestruturação espaciais, ou seja, modificações que podem ser vistas de forma permanente no espaço físico das cidades. A ideia de ajuste espacial surgiu da tentativa de Harvey de reconstruir a teoria de Karl Marx sobre a geografia da acumulação capitalista.

A superacumulação de capital é, portanto, entendida como os excessos de capital em relação às oportunidades de empregá-lo de forma rentável, podendo levar a um excedente de força de trabalho. Assim, a política do capitalismo é guiada pela necessidade de encontrar locais que absorvam o capital excedente. Harvey (2001) explica que se há uma escassez de trabalho e

os salários são muito altos, a solução seria a desvalorização do capital e trabalho, isto é, o ajuste espacial. A superacumulação e a redução da força de trabalho poderiam ser ajustadas, respectivamente, pela abertura de novos mercados em territórios com práticas capitalistas menos intensas e pela transferência de capital para áreas com excedente de mão de obra. É o caso, por exemplo, da incursão de empresas chinesas em países africanos na busca por mercados consumidores ou da cadeia de produção global de algumas companhias.

Segundo Harvey (2001), o capitalismo é tão dependente da expansão geográfica quanto da mudança tecnológica e alargamento contínuo por meio do crescimento econômico. O desenvolvimento do capitalismo em novas regiões é uma necessidade absoluta para a sobrevivência do mesmo. Essas novas regiões são os lugares onde o excedente de capitais superacumulados podem mais facilmente ser absorvidos, criando novos mercados e novas oportunidades para investimentos rentáveis (HARVEY, 2009).

Assim, a globalização seria a versão contemporânea da busca incessante do capitalismo por um ajuste espacial para resolver sua tendência a crises, ou seja, o produto desses processos de reestruturação geográfica promovida pelo capitalismo ao longo do tempo. As relações sociais capitalistas produziram o espaço através da sua expansão, pois, do contrário, o capitalismo não se sustentaria.

## 2. O ajuste Espacial e a cidade global

O processo de ajuste espacial possibilita o entendimento sobre as mudanças que também ocorrem no espaço urbano de modo a melhorar a expansão do capitalismo, em uma dinâmica de mútuo reforço entre o espaço físico e os fluxos. Assim, David Harvey (2001) diz que o capital fixo pode ser entendido como aquele que está inserido em algum recurso (por exemplo, maquinário) e que não é diretamente consumido durante a produção (como matéria-prima), mas que se esgota à medida que é utilizado.

No entanto, esse capital fixo pode ser subdividido em dois: capital fixo móvel e imóvel. A lógica por trás desta subdivisão fica clara quando considera-se, por exemplo, que, ainda que um avião (capital fixo móvel) carregue consigo a característica de poder se deslocar para qualquer parte do globo, é necessário que haja um aeroporto (capital fixo imóvel) para que esse deslocamento ocorra. Assim, há uma relação dialética de fixidez e movimento que ocorre dentro da categoria de capital fixo (HARVEY, 2001).

Essa dinâmica entre espaços físicos e os fluxos é ainda mais presente nas chamadas “cidades globais”, um conceito trazido por Saskia Sassen em seu “Sociologia da Globalização”, de 2007. Essas cidades são caracterizadas por receber grandes fluxos financeiros, comerciais, humanos e de informação das mais variadas partes do mundo. Segundo Ferreira (2003, 46),

O principal pressuposto das teorias contemporâneas da cidade-global é o de que as transformações da economia mundial ocorridas a partir dos anos 70, e que chamaremos por hora de “globalização”, alteraram o papel e as formas de organização e estruturação das principais cidades mundiais, em especial àquelas com papel mais significativo no sistema econômico global.

Sassen (2007) explica que a intensificação de tais fluxos ao redor do mundo surtiu um efeito de desestabilização das hierarquias de escala tradicionais (ou seja, a classificação dos espaços em municípios, estados, países). Dessa forma, esses fluxos criaram um mercado global de capital, um regime de comércio global e a internacionalização da produção industrial, como, por exemplo, companhias de calçados esportivos como Nike e Reebok – que comercializam os produtos, mas alocam a sua produção em outros países por diversas razões estratégicas e comerciais.

Isso quer dizer que tais elementos ultrapassam os limites nacionais em termos de escala: a escala nacional e a autoridade estatal não se aplicam a tais regimes e fluxos, estando estes novos escalonamentos estratégicos em escala subnacional, como é o caso das “cidades globais” ou em escala supranacional, como é o caso dos “mercados globais”. Esta é a especificidade da atual fase da globalização, uma fase ligada à expansão da área de tecnologia da informática e sistemas de informação. Segundo Sassen (2007, p. 24, grifo nosso),

Quando a atividade econômica se torna globalizada, ela reformula parcialmente as ordens existentes e contribui para a formação de novas ordens. Isso ocorre por meio das práticas de atores econômicos (empresas e mercados globais) e do desenvolvimento de determinados regimes de valor (desregulação da economia). Para investigar essas mudanças, são necessárias novas arquiteturas conceituais; um exemplo é o modelo da cidade global. À medida que a economia global se expandiu nas duas últimas décadas, assistimos à formação de uma rede crescente de cidades globais, hoje somando em torno de 40, pelas quais a riqueza econômica e os processos nacionais se articulam com uma proliferação de circuitos globais de capital, investimento e comércio. Essa rede de cidades globais constitui um espaço de poder que contém as capacidades necessárias para as operações globais de empresas e mercados. Ela atravessa parcialmente a velha divisão Norte-Sul e constitui uma geografia de centralidade, que atualmente também incorpora as principais cidades do Sul global, ainda que a hierarquia dessa geografia de centralidade seja bastante nítida. Em seu nível mais concreto, essa nova *geografia é o terreno em que diversos processos de globalização assumem formas materiais e localizadas*

Esta especificidade não quer dizer, como Sassen salienta, que as antigas hierarquias escalares — organizadas do internacional para o regional, urbano e local, com o nível nacional funcionando como articulador desta configuração — tenha sido extinta, apenas que as novas formas de escalonamento passaram a conviver com, e às vezes se sobrepor à, tradicional. Assim, Sassen (2007, p. 22) coloca que “As cidades globais são lugares subnacionais em que diversos circuitos globais se cruzam e, a partir daí, posicionam essas cidades em diversas geografias transfronteiriças estruturadas, cada uma com um alcance distinto e constituída em termos de práticas e atores distintos”.

Nesse sentido, é importante ressaltar que como toda mudança urbana, nem sempre o cidadão é colocado no centro do processo. Quando isso ocorre, corre-se o risco da mudança ser orientada para interesses articulados de grupos específicos. A geógrafa Doreen Massey (2000) chama de “geometria do poder” a forma como diferentes grupos sociais se posicionam em relação a fluxos e interconexões nos espaços. Ela afirma que existem os grupos que estão em uma posição de controle em relação à mobilidade dos fluxos enquanto outros se posicionam na posição receptora do que ela chama de “compressão de tempo-espaço”.

No entanto, inevitavelmente isso mobiliza questões políticas e, se há espaço para tal, deve haver abertura para que haja a formulação de práticas inclusivas para que os fluxos ocorram de maneira mais horizontal e menos impositiva – diferente do histórico de alterações no espaço urbano tem apresentado.

Assim, as cidades globais já são *per se* lugares cujo espaço urbano está em constante mudança, onde a globalização encontra um ambiente altamente propício. Nos termos de Orlando dos Santos Jr. (2014), “os espaços urbanos seriam apropriados pelo capital visando garantir as condições necessárias para produção-reprodução das relações capitalistas”. Ferreira (2003, p. 50) lista os atributos considerados pelos principais teóricos das “cidades globais” como sendo suas características primordiais:

As “cidades-globais” por excelência, na visão dos seus ideólogos, devem apresentar alguns “atributos” básicos: abrigam um número significativo de sedes de grandes empresas transnacionais, têm bolsas de valores de importância internacional, têm uma economia majoritariamente de serviços, oferecem centros de convenções, modernos aeroportos, rede hoteleira de primeira linha, e por isso tudo recebem significativo fluxo de capital financeiro, de homens de negócios e de mercadorias.

Assim, o conceito de “cidade global” se desenvolve especialmente a partir dos anos 1970, quando os países começam a sentir de forma mais incisiva os efeitos da reestruturação produtiva fruto da “revolução da informática”, “que Harvey (1992) apresenta como a passagem do sistema de acumulação rígida do fordismo para um modelo de acumulação flexível do pós-modernismo” (Ferreira, 2003, p. 48). Este desmonte das estruturas espaciais rígidas do fordismo, somado às novas tecnologias de informação, permitiram um processo de desconcentração espacial, o que acabou tendo por efeito o abandono de antigos centros industriais fordistas ao redor do mundo. Assim, as “cidades globais” são somente aquelas que sobreviveram a este processo, que é particularmente desafiador nas cidades situadas em países em desenvolvimento. O maior desafio destas cidades seria, então, a superação da desigualdade formada por estas “ilhas globalizadas”, ao invés da sua “conexão” à economia global (Ferreira, 2003).

Sassen afirma que o crescimento da globalização da atividade econômica aumentou a escala e a complexidade das transações. Desta forma, houve estímulo ao crescimento das funções de comando das matrizes de multinacionais de primeira linha e o incremento da prestação de serviços – tendo, este último, visto também um aumento na sua intensidade em diversos setores da economia. Dessa forma, a crescente demanda de serviços por empresas de diferentes setores, somado ao fato de que as cidades são os locais preferenciais para produção desses serviços em diferentes escalas, fez com que as cidades se tornassem núcleos de coordenação, controle e prestação de serviços para o capital global. Essas novas dinâmicas, portanto, demandam uma mudança estrutural para atender as demandas de um novo e moderno setor econômico com localização concentrada, chamado de “terciário avançado” por Sassen.

Argumenta-se então que os processos de modificações espaciais são ainda mais fortes em cidades globais, pois são destino (e origem) de fluxos substancialmente mais intensos, dado o grande volume de empresas ali presentes, de investimentos estrangeiros e domésticos e da correnteza de pessoas que por ali passam. É fácil entender, então, a ação que a realização de um megaevento tem sobre o processo de globalização: ela o intensifica. No entanto, é fundamental apontar que a intensificação desse processo nas cidades submetidas à realização de uma série de megaeventos traz consigo impactos controversos para a nova configuração urbana acarretada por esses eventos. Como indicado por Doreen Massey (2000), os interesses de grupos dominantes – como empresários e o próprio governo – podem sobrepor-se aos da população local quando na reconfiguração urbana ensejada pela intensificação dos fluxos comerciais, financeiros, humanos e de informação.

### **3. Megaeventos: ajuste espacial na cidade global**

Os megaeventos, por si só, já carregam consigo para as suas sedes uma grande quantidade de fluxos, principalmente de capital e pessoas, além de orientarem a atenção do resto do mundo para tais lugares, o que promove ainda mais esses fluxos, fazendo os ajustes espaciais necessários ao capitalismo. Quando essa atenção advinda dos megaeventos se soma àquela que a cidade já tinha, o que acontece é uma mega concentração de fluxos, que impulsionam mais e mais ajustes espaciais. Sassen (2007, p.28) coloca que:

À medida que as transações transfronteiriças de todos os tipos aumentam, também aumentam as redes que conectam certas configurações de cidades (por exemplo, Taylor, 2004; Amen *et al.*, 2006; Lo e Yeung, 1996). Esse crescimento, por sua vez, contribui para a formação de geografias transfronteiriças específicas que conectam certos conjuntos de cidades

No entanto, a existência da escala global está atrelada à escala local. A primeira só ocorre na medida em que existe uma escala local que se adequa e cria uma infraestrutura favorável ao desenvolvimento. Toda a estrutura — desde aeroportos que possibilitam a movimentação de pessoas até cabos de fibra ótica que promoverão a troca de comunicações — passa pelo território e depende da materialidade do espaço para que o global ocorra. Sem a materialidade do espaço, não há escala global. Sem internet, não há espaço virtual que conecte o indivíduo a outro país, ainda que haja o fortalecimento das novas escalas surgidas, supracitadas. Este ponto é corroborado por Sassen (2007, p.28-29) quando ela argumenta que:

Juntamente com a desvinculação parcial, ou pelo menos o enfraquecimento do nacional como unidade espacial, vêm condições para a ascensão de outras unidades e escalas espaciais (por exemplo, Taylor, 1995; Sum, 1999; Brenner, 1998, 2004; Harvey, 2007). Entre elas, estão escalas subnacionais; e entidades supranacionais, como mercados eletrônicos globais e blocos de livre comércio. A dinâmica e os processos que são territorializados ou localizados nessas escalas variadas podem, em princípio, ser regionais, nacionais e globais. Esse reescalonamento traz consequências para a gestão dos fluxos e transações que circulam por meio de redes específicas ou gerais de cidades, sejam elas globais ou de outra forma

Assim, megaeventos não são apenas fruto da globalização e de suas inovações tecnológicas na área de comunicação e transporte. Eles também são elementos produtores da

globalização, pois colaboram para essa busca insaciável por expansão do capitalismo. Este processo é mais facilmente visualizado quando observado na realidade. Com esse objetivo, na próxima seção, será analisado o caso do Rio de Janeiro para identificar como essa dinâmica funciona na prática.

#### 4. Os ajustes na Cidade Maravilhosa

O presente trabalho parte do pressuposto de que o Rio de Janeiro é uma cidade que já vive diariamente uma dinâmica de fluxos globais, sejam eles financeiros, comerciais, culturais ou de trânsito de pessoas. Fluxos estes que são potencializados a partir do momento em que é escolhida como a cidade-sede de não apenas um, mas quatro importantes megaeventos: os Jogos Pan-americanos de 2007, a Copa do Mundo da FIFA, em 2014, e as Olimpíadas e Paraolimpíadas, em 2016.

O Rio de Janeiro já recebe naturalmente grandes quantidades de fluxos de todas as partes do mundo — tanto através de informações que vêm de fora por meios de tecnologias e relações comerciais e financeiras, como através da convivência do carioca com estrangeiros que escolheram a cidade para viver, trabalhar, estudar ou simplesmente visitar. Da mesma forma, os fluxos produzidos na cidade também são exportados e influenciam negócios e pessoas nas mais diversas partes do mundo. Isso acontece, por exemplo, através dos negócios aqui realizados e das diversas expressões culturais produzidas na cidade, como música, arte, literatura e moda.

No entanto, a partir do momento em que é selecionada como cidade sede dos megaeventos, o Rio de Janeiro passa a receber uma quantidade significativamente maior dos supracitados fluxos: a cidade passa a ficar no centro das atenções do mundo inteiro, recebendo uma quantidade ainda maior de turistas — que trazem consigo os lucros do consumo —, de jornalistas — cujo trabalho é fazer a cobertura dos mais variados aspectos por trás desses megaeventos, mandando para fora do país conteúdo e informação sobre o que acontece aqui. Ou seja: enviando mais fluxos e influenciando mais negócios e pessoas —, e, especialmente, de investidores interessados nas possibilidades de mercado que são abertas com a realização de tais eventos na cidade — como os negócios que, principalmente, infraestrutura, transporte e turismo. A partir da análise de dados disponibilizados pelo Ministério do Turismo, percebemos que:

Os números mostram que a Copa do Mundo foi um grande negócio para o turismo. Agora o desafio é garantir condições para o setor crescer de forma continuada’, defendeu o ministro do Turismo, Henrique Alves. ‘Os megaeventos são excelentes catalisadores do aumento no fluxo turístico dos destinos, mas, para mantermos um crescimento consistente, temos de atacar questões estruturais e encarar o turismo com profissionalismo no Brasil’, completou. (JÚNIOR, 2015)

Já segundo a pesquisa “Bola da vez” (2010) da consultoria Deloitte junto ao Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI),

O governo projeta que os impactos econômicos produzidos pela concentração de quase R\$ 30 bilhões em investimentos no ápice do calendário esportivo da próxima década — a Olimpíada — se

multiplicarão por quatro vezes em 2027, gerando mais de R\$ 100 bilhões em riquezas no País, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Por conseguinte, a pesquisa destaca que as três atividades com maior potencial para recebimento de investimentos em decorrência dos eventos esportivos são indústria da construção, transporte aéreo e infraestrutura aeroportuária e turismo, hotelaria e lazer. Tais atividades, diretamente relacionadas com os megaeventos, já contam com uma participação expressiva do setor privado e devem passar a receber maiores estímulos dos governos federal e local. Portanto, investimentos já considerados prioritários para o País passarão a receber atenção especial, sendo acelerados por causa da realização dos jogos. (DELOITTE, 2010)

Desse modo, este aumento de fluxos vivido pelo Rio de Janeiro nos últimos anos relaciona-se com o que argumenta Sassen (2007, p. 27-28):

O crescimento da dinâmica transfronteiriça de rede entre as cidades globais envolve uma ampla variedade de domínios — político, cultural, social e criminal. Existem diversos referenciais empíricos para essas formas não estatais de articulação, que podemos desagregar em componentes específicos. Um tipo de referencial empírico é econômico, incluindo o número crescente de fusões e aquisições transnacionais, as redes crescentes de associados estrangeiros, e o número crescente de centros financeiros que são incorporados aos mercados financeiros globais. Também existe uma proliferação de circuitos globais especializados para atividades econômicas que contribuem para essas novas escalas e se fortalecem com o seu surgimento

Toda essa atração de investimentos e de atenção exige algo em retorno: a cidade é obrigada a passar por uma série de intervenções urbanas, principalmente relativas a questões estruturais, objetivando atender às exigências dos comitês e das entidades organizadoras de tais eventos. Nesse sentido, não somente os estádios e grandes instalações esportivas tiveram que passar por monumentais reformas, sendo impactos diretos da realização desses megaeventos na cidade, mas também reformas no planejamento urbano e no sistema de transporte da cidade, que funcionam como legados permanentes para a cidade e para os cariocas. São exemplos disso a criação de corredores de BRT; a renovação da região do Porto; as obras estruturais realizadas no aeroporto internacional; a implementação da linha 4 do metrô; do sistema de BRS; a construção de espaços de convivência da população, como o Parque Madureira; e a substituição dos antigos trens e metrôs por modelos novos importados da China.

No entanto, verifica-se que mais do que uma alteração do planejamento urbano, o Rio de Janeiro passou por uma reformulação de seu planejamento estratégico. Nesse sentido, Arantes, Maricato e Vainer (2000), explicam que mudanças sociais causadas pelas transformações culturais ao longo dos últimos 40 anos levaram também a mudanças na concepção que se tem sobre a forma e a função das cidades, o que é refletido em mudanças no planejamento urbano. As cidades passam a ser vistas e geridas como empresas, ou seja: elas passam a ser geridas com base em um planejamento estratégico. Dessa forma, os autores (2000, p.8) entendem que disso

resulta um projeto de cidade paradoxalmente articulado por três analogias constitutivas: a cidade é uma mercadoria e como tal está à venda num mercado em que outras cidades igualmente são

vendidas; a cidade é uma empresa, e como tal resume-se a uma unidade de gestão e de negócios; a cidade enfim é uma pátria, entendamos uma marca com a qual devem se identificar seus usuários, cuja fidelidade ao produto, vendido como civismo, requer algo como o exercício bonapartista do poder municipal.

Em seu artigo de 2001, Harvey explica que os fluxos de capital precisam de um espaço fixo no qual se ancorar, e essa estrutura, por sua vez, permite o desenvolvimento e expansão desses fluxos, em um movimento de reforço mútuo. Se a globalização enseja fluxos de capital, mercadorias e serviços, deve haver uma modificação local, de espaço físico, para se adaptar às novas demandas geradas pelo processo de globalização que promove um adensamento dos fluxos de capital e serviços.

Pode-se ver isso claramente nos investimentos feitos no Rio de Janeiro em relação às reformas no aeroporto internacional do Rio, o Galeão, por exemplo. A realização dos megaeventos na cidade impulsionou a sua reforma, ao mesmo tempo que um aeroporto reformado será capaz de receber mais voos e pessoas, ou seja, maiores fluxos são possibilitados.

Outro exemplo bastante claro de intervenções realizadas no Rio de Janeiro é o das reformas realizadas na região portuária da cidade, especialmente na Praça Mauá. Trata-se de uma das mudanças físicas mais significativas que o governo realizou na cidade: a Perimetral foi derrubada e a praça, revitalizada. Foram construídos o Museu de Arte do Rio, o MAR, e o Museu do Amanhã.

Além disso, estão sendo realizadas também intervenções por todo o centro da cidade — e também na própria praça Mauá— para a implementação dos veículos leves sobre trilhos, os VLTs, muito utilizados em outras cidades do mundo, como Amsterdã, Paris e Berlim, por exemplo. São 28 km e 32 paradas, num trajeto que liga a região portuária ao centro, transportando estimados 300 mil passageiros por dia. Segundo a própria página online do projeto Porto Maravilha (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro, grifo nosso):

O Rio de Janeiro dá claros sinais de uma nova dinâmica econômica, *impulsionada pelos grandes eventos* que vão ocorrer na cidade nos próximos anos. A Operação Urbana Porto Maravilha está preparando a Região Portuária, há muitos anos relegada a segundo plano, para integrar este processo de desenvolvimento

Assim, os megaeventos “impulsionaram” essa alteração no espaço urbano, que, por sua vez, atrairão maiores investimentos na área. No entanto, é interessante perceber para tais mudanças realizadas na cidade, especialmente as ligadas à área cultural, como parte de um “marketing urbano”, integrando-as, assim, ao ponto levantado por Arantes, Maricato e Vainer (2000, p. 34), de que “é *estasiomiose de imagem e produto* que caracteriza a cidade-empresa-cultural perseguida pela terceira geração urbanística” (grifo dos autores), dentro da lógica de reestruturação do planejamento estratégico da cidade.

Dessa forma, fica bastante claro que no caso do Rio de Janeiro, que já recebia e enviava ao mundo grande quantidade de fluxos de todos os tipos, isso foi potencializado pela escolha

como cidade sede desses eventos esportivos, já que investimentos como os citados acima demorariam muito mais a acontecer — ou nem aconteceriam — caso a cidade não fosse escolhida para sediar tais eventos. Essa intensificação de fluxos recebidos e enviados pela cidade não só permite os ajustes do capitalismo, trazidos por Harvey (2001), como também mostra como esse processo molda a globalização e é moldado por ela.

A partir dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, busca-se integrar os planos já existentes do Rio de Janeiro com estratégias a partir da análise de sedes anteriores. O projeto Rio 2016 prevê como principal legado olímpico a constituição de uma nova era para o Rio e seus habitantes, que envolveriam quatro áreas prioritárias: transformação da cidade; inserção social — habitação, treinamento e emprego; juventude e educação; e esportes. Entretanto, as mudanças que foram feitas até o momento apontam para um quadro que nos leva a questionar se esse legado realmente estaria destinado a *todos* os habitantes da cidade.

Em 1968, Henri Lefebvre, filósofo e sociólogo francês, cunhou o termo “direito à cidade”, no livro “Le droit à la ville”. O conceito é maior do que meramente um direito de ter uma propriedade na cidade, mas sim um direito que todos os membros da sociedade têm de não serem excluídos dos benefícios da vida urbana. Lefebvre, preocupado com os problemas urbanos, diz que não é pela ação solitária de um governante, arquiteto ou engenheiro que esses problemas vão se resolver, já que projetos urbanísticos não podem “resultar de um simples estudo das cidades e dos tipos urbanos existentes, seja de uma simples combinatória de elementos” (LEFEBVRE, 2001, p.114), mas sim da ação conjunta de todos os que habitam a cidade.

David Harvey (2012, p. 74), partindo do que foi elaborado por Lefebvre, afirma que o direito à cidade seria

longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos.

Assim como para Lefebvre, o direito à cidade para Harvey é um direito coletivo, ligado à construção e transformação da cidade.

Em muitas das mudanças que vêm acontecendo no Rio de Janeiro, pode-se ver uma incongruência entre os objetivos apresentados pela organização dos eventos aqui sediados e a manutenção desse direito à cidade, que é, desde 2001, matéria da Lei Federal 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade. O direito à cidade, como entendido aqui, está visível já no início da supracitada lei (BRASIL, 2001):

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

Há, como exemplos dessa discordância com o direito à cidade, o fato de muitos moradores de comunidades estarem sendo coagidos a deixar suas casas para dar espaço para a construção das vilas olímpicas que abrigarão os participantes dos Jogos. A Vila Autódromo é o maior exemplo dessa prática. Sendo uma comunidade pacífica, que ainda resiste às desapropriações promovidas pela prefeitura, seus moradores chegaram a desenvolver um plano de urbanização, de modo a cidade pudesse receber as Olimpíadas sem que tantas famílias tivessem que ser removidas. O Plano Popular foi premiado internacionalmente, mas não chegou a sair do papel. Enquanto isso, as famílias que decidiram sair recebem uma indenização – cujo cálculo é realizado pela Secretaria de Habitação, mas que não divulga os critérios utilizados – ou são realocadas para um condomínio construído pela prefeitura a um quilômetro de distância.

O próprio projeto do Porto Maravilha, mencionado anteriormente, não foi feito sem contradições. Um estudo promovido pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE, 2014) apresenta os problemas enfrentados pela população com a implementação do projeto. O fascículo mostra que, dentre as propostas do Porto Maravilha, está a de “melhoria das condições habitacionais da população existente e atração de novos moradores para a região”. Entretanto, o esforço maior que se viu na área foi a de remoção dos moradores existentes, que são realocados para outras unidades habitacionais, principalmente aquelas do programa federal Minha Casa Minha Vida, mas que na maioria das vezes ficam a muitos quilômetros de distância, em locais de difícil acesso e longe dos locais de trabalho dessas pessoas.

Um outro projeto implementado na área foi a construção do Mercado Popular de Compras Leonel Brizola, aberto para substituir o camelódromo da estação Central do Brasil que pegou fogo em 2010. Porém, os trabalhadores reclamam da localização do Mercado, por onde as pessoas acabam não passando no seu trajeto para o trabalho como acontecia no caso do camelódromo, o que não gera a oportunidade para as pessoas consumirem. Além disso, após a reforma do Terminal Américo Fontenelle, os camelôs que lá trabalhavam foram removidos e impedidos de comercializar suas mercadorias no local. Ainda na mesma região, a construção de um teleférico no morro da Providência pegou os habitantes de surpresa e destruiu um importante espaço de lazer dos moradores.

Tal qual o caso da implementação dos VLTs, mudanças nos trajetos e oferta de ônibus, essas mudanças são feitas sem uma efetiva consulta e colaboração da população, o que por si só já mostra um descompasso com a noção de direito à cidade, como mostrada por Lefebvre (2001) e Harvey (2012). Some-se a isso uma dificuldade de acesso à moradia no perímetro urbano, a mobilidade urbana, vê-se uma violação ao direito da população de realmente participar da vivência na cidade.

Tanto em nível local, quanto em nível nacional, os benefícios relacionados ao maior grau de investimentos e aos ajustes feitos em prol desses megaeventos não alcançam toda a população, podendo gerar até o efeito contrário, prejudicando uma grande parcela dos cidadãos.

Assim, os megaeventos e a reconfiguração local que eles promovem podem facilitar uma futura alçada da cidade à categoria de cidade global por possibilitar o desenvolvimento do “terciário avançado”.

## Considerações finais

É possível concluir então que os megaeventos que acontecerão na cidade do Rio de Janeiro nos próximos anos serão elemento de destaque ao longo do processo de intensificação da globalização. Pode-se inferir isso a partir da utilização do conceito de cidade global de Sassen (2007) e do de ajuste espacial de Harvey (2001), uma vez que esses megaeventos catalisam os processos de modificações espaciais ao fazerem convergir os fluxos da globalização que se somam àqueles já presentes na cidade. Apesar de serem parte relevante no processo de propulsão da cidade à condição de “cidade global”, os megaeventos em si não se mostram suficientes para fazê-lo imediatamente. No entanto, pavimentam o caminho para que isto aconteça no longo prazo.

Analisando, especificamente, o exemplo do Rio de Janeiro, fica claro que esse processo toma forma nas várias intervenções urbanas que foram — e ainda estão sendo — realizadas com o objetivo de não só adequar a cidade aos padrões exigidos pelos órgãos internacionais para sediar esses eventos, mas também com a intenção de potencializar a sua capacidade de atrair investimentos futuros. É o que Harvey (2001) sinaliza como a produção de um espaço físico, fixo, que possibilite os fluxos, aquilo que é móvel.

Entretanto, é necessário registrar que a realização desses megaeventos tem repercussão na provisão de impactos e de legados em outras áreas importantes da vida em sociedade, podendo até ameaçar o direito à cidade das pessoas, como descrito por Lefebvre (2001) e Harvey (2012). Por exemplo, a mobilidade urbana foi altamente afetada, não só pelos transtornos gerados pelas realizações das obras mas também pela implantação de sistemas de *BRT e BRS*, faixas de circulação exclusiva de ônibus e táxis — e de nova linha de metrô, apenas citando alguns exemplos. Além disso, as remoções promovidas em comunidades como a Vila Autódromo e do Morro da Providência, são mais do que meras inconveniências que passarão com o término dos megaeventos, mas sim alteram a vida das pessoas permanentemente, sem que suas perspectivas sejam totalmente levadas em consideração, no que poderia ser uma efetiva participação do projeto de urbanização da cidade.

Além disso, ao fazer um comparativo, já analisado por Ferreira no caso da cidade de São Paulo, fica claro que o Rio de Janeiro precisaria expandir os aeroportos em fluxos de carga e passageiros, aumentar seus fluxos de telecomunicações e desenvolver seu porto em volume de *containers* além de abrigar a sede de algumas das principais transnacionais do mundo para que conseguisse, potencialmente, configurar uma cidade global.

Assim, os megaeventos e a reconfiguração local que eles promovem podem facilitar uma futura alçada da cidade à categoria de cidade global por possibilitar o desenvolvimento do “terciário

avançado”. No entanto, o caminho da cidade do Rio de Janeiro até o status de cidade global – o encaixe empírico da cidade dentro deste arcabouço conceitual – depende de mais elementos do que somente aumento de investimentos financeiros e mudanças estruturais. São vários os desafios que a cidade precisa enfrentar ao longo da busca pelo desenvolvimento e visibilidade internacional além dos megaeventos esportivos. A cidade deveria aproveitar a oportunidade de se apresentar como possível cidade global pela ótica da produção e não da demanda – nos termos de Ferreira – e para isso, é necessário considerar as dinâmicas intra-urbanas, sem penalizar parte da população por um pretensão desenvolvimento que pode nem chegar a ela. ❹

## NOTAS

\* Estudantes, a época, do 8º período do curso de Relações Internacionais da PUC-Rio

## REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**. Petrópolis: Editora Vozes. 2002.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Portal da Legislação. Brasília, jul. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2015
- COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI). **Host City Contract: Games of the XXXI Olympiad in 2016**. 02 out. 2009
- COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016. *Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016*. Jan. 2009.
- COMPANHIA de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro. **Apresentação do Projeto – Porto Maravilha: um sonho que virou realidade**. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx>>. Acesso em: 07 jun. 2014.
- DELOITTE. Brasil, bola da vez – Negócios e investimentos a caminho dos megaeventos esportivo, 2010. Disponível em: <<http://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/conteudos/ibri/IBRI-2010.pdf>> Acesso em: 01 jun 2016.
- FASE. **Cartografia Social Urbana: Transformações e resistências na região portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/cartografia-social-urbana-transformacoes-e-resistencias-na-regiao-portuaria-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 30 jun 2015.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. **São Paulo: o mito da cidade-global**. São Paulo: USP. 2003. Disponível em: <[http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/teses/ferreira\\_doutorado\\_mitocidgloba\\_l.pdf](http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/teses/ferreira_doutorado_mitocidgloba_l.pdf)>. Acesso em: 27 mai 2016.
- HARVEY, David. **Globalization and the Spatial Fix**. *Geographische Revue*, n. 2, 2001.
- \_\_\_\_\_. A liberdade da cidade. *Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 26, p. 9-17, 2009.
- \_\_\_\_\_. O direito à cidade. Tradução de Jair Pinheiro. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.
- JÚNIOR, Darse. Mais de 6,4 milhões de turistas estrangeiros visitaram o Brasil em 2014. *Ministério do Turismo*, Brasília, DF, 13 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/5227-mais-de-6,4-milh%C3%B5es-de-turistas-estrangeiros-visitaram-o-brasil-em-2014.html>>. Acesso em: 30 jun.2016.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro. 2001.

LO BIANCO, Vittorio Leandro Oliveira. **O legado dos megaeventos esportivos em questão**: as mudanças ou as continuidades na cidade Rio de Janeiro pós-sede. Rio de Janeiro, 2010. 125 p. Dissertação (Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

MASSEY, Doreen. **Um sentido Global do Lugar**. São Paulo, 2000. Disponível em <https://goo.gl/ySG8QK>. Acesso em 10 de junho de 2017.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Veículo Leve Sobre Trilhos**. Rio de Janeiro, 18 set. 2015. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/web/esq/projEspVLT.aspx>>. Acesso em: 13 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Nova Mobilidade Urbana**. Rio de Janeiro, 18 set. 2015. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/web/esq/projEspVLT.aspx>>. Acesso em: 13 out. 2015.

RIO 2016. **Garantias apresentadas pelo Rio 2016 superam exigências feitas pelo COI**. Disponível em: <<http://www.rio2016.com/noticias/garantias-apresentadas-pelo-rio-2016-superam-exigencias-feitas-pelo-coi>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

SASSEN, Saskia. Elementos da sociologia da globalização. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 15-40.

\_\_\_\_\_. **As Cidades na Economia Global**. Cadernos de Urbanismo, Ano 1, nº1, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, 1999.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Urban common space, heterotopia and the right to the city**: reflections on the ideas of Henri Lefebvre and David Harvey. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 6, n. 2, p. 146-157, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/URBE?dd1=12686&dd99=pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

Recebido em 24/11/2015

Aprovado em 17/07/2017